



PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2024

EXCLUSIVOS PESSOA FISICA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

UASG: 987481

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA ADMINISTRAR OFICINAS DE TEATRO, ARTETERAPIA COM FOCO EM ARTES VISUAIS, MUAY THAI

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 161.520,00 (cento e sessenta e um mil com quinhentos e vinte reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/04/2024 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM ESPECÍFICO

MODO DE DISPUTA:

Aberto/fechado

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO**

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	9
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	10
8. DA FORMACAO DO CADASTRO DE RESERVA	12
9. DOS RECURSOS	12
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	13
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16
13. ANEXO I	18
14. ANEXO II	20
16. ANEXO III	30



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024

EXCLUSIVOS PESSOA FISICA

(Processo Administrativo nº15.472/2024)

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO**, por meio do Departamento de Licitações, sediado no Centro Administrativo Municipal- bloco 07, na Avenida Padre Natal Pigatto, 925- Vila Elisabeth – Campo Largo/PR, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Portaria Municipal nº. 031/2024 (designa Agentes de Contratação/Pregoeiros) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA FISICA PARA ADMINISTRAR OFICINAS DE TEATRO, ARTETERAPIA COM FOCO EM ARES VISUAIS, MUAY THAI**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. **Endereço para recebimento e abertura de propostas:** www.gov.br/compras.

1.3. **Agente Contratação/Pregoeiro designado:** FABIO HENRIQUE DE SALLES – telefone (41) 3291-5036 – e-mail fhsalles@campolargo.pr.gov.br

1.4. **Esclarecimentos sobre o Edital:** até 03 (três) dias úteis antes da data limite fixada para acolhimento das propostas com o Agente de Licitação no telefone (41) 3291-5036 ou através do e-mail fhsalles@campolargo.pr.gov.br ou licitacao@campolargo.pr.gov.br, respeitados os dias e horários de atendimento no Município.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão PESSOAS FÍSICAS (AUTONOMOS) que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.5.11. Pessoa jurídica.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora,

controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.1 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.1 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



3.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.8. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.8.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.9. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. *Valor total do item;*

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. ***O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.***

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. **A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.**

4.6.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pela Prefeitura Municipal de Campo Largo, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do Item**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ **0,50 (cinquenta) centavos**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Modo de disputa adotado “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.17.2. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

5.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.1. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.2. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

5.18.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.1.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.2.1. Contiver vícios insanáveis;

6.2.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.2.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.2.6. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput 6.2.4**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.2.7. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.2.8. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser encaminhados nos termos deste edital, a partir da solicitação do Pregoeiro conforme contido no item 5.18.2. A documentação relacionada nos itens a seguir para fins de habilitação apresentados em original, por cópia;

7.1.1. **Habilitação PESSOA FÍSICA:**

- a)** Cópia do RG e CPF;
- b)** Apresentar comprovante de residência do licitante, datado de, no máximo, 3 (três) meses anteriores a data da realização desta licitação.
- c)** Número do PIS ou NIT.

7.1.2. Qualificação técnica PESSOA FÍSICA

a) Contratação pessoa física:

a.1) apresentar comprovação de possuir conhecimentos na oficina, através de certificados, declarações fornecidas por pessoa jurídica, comprovações de cursos, diplomas, atestando seus conhecimentos na oficina pretendida e registro em Federações quando for o caso.

a.1.1) no Termo de Referência consta a documentação técnica exigida para cada Oficina licitada.

7.1.3. Regularidade fiscal PESSOA FÍSICA

- a)** Certidão Negativa de Débitos Municipais em plena validade;
- b)** Certidão Negativa de Débitos Estaduais em plena validade;
- c)** Certidão Negativa de Débitos Federais em plena validade.
- d)** Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, conforme art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021
- e)** Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes, na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação, conforme art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal,

nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.6. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contados da solicitação do pregoeiro.

7.9. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal fica restrita a (I- inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

7.9.2. Somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.8.1.



7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DA FORMACAO DO CADASTRO DE RESERVA

8.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

I) Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

II) Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

8.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

8.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I) Quando o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

8.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

I) Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.
- c) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.4.1 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4.2 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://campolargo.atende.net/autoatendimento/servicos/consulta-de-licitacoes>

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

- 10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 10.1.5. Fraudar a licitação;
- 10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 10.2.1. Advertência;
- 10.2.2. Multa;
- 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

10.4. A multa será recolhida em percentual de 3% a 23% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (**trinta**) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.1 e 10.1.2.5, a multa será de 3,0% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.1, 10.1.2.5, 10.1.2.5 e 10.1.2.5, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.1 e 10.1.2.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.1, 10.1.1, 10.1.2.5, 10.1.1 e 10.1.2.5 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.1 e 10.1.2.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.2.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, respeitados os dias e horários de atendimento no Município, UNICAMENTE através do [Processo Digital Aberto](#) (link clicável), disponível no Portal do Cidadão pelo site campolargo.atende.net (link clicável), utilizando:

Assunto: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Subassunto: LICITAÇÃO – IMPUGNAÇÃO DE EDITAL (FLUXO) **LER AS ORIENTAÇÕES APÓS A SELEÇÃO DO SUBASSUNTO**

Descrição da Solicitação: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº.90003/2024

!!! NÃO ESQUEÇAR DE **TRAMITAR O PROCESSO APÓS ABRÍ-LO, SEM ISSO NÃO TEMOS ACESSO A SEU REQUERIMENTO!!!**

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



- 12.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.campolargo.atende.net.
- 12.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.** ANEXO I – Descrição dos itens, quantidades e valores de referência;
 - 14.** ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;
 - 15.** ANEXO III – Termo de Referência, Carta Federação Brasileira Muay Thay e Estudo Técnico Preliminar.

Campo Largo, datado e assinado digitalmente.

MAURICIO ROBERTO RIVABEM

PREFEITO

ANEXO I

Processo Administrativo nº 15472/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA ADMINISTRAR OFICINAS DE TEATRO, ARTE TERAPIA COM FOCO EM ARTES VISUAIS, MUAY THAI, conforme relação e quantidade e preço máximo:

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	672	HORAS	OFICINA DE TEATRO - OBJETIVO: PROPICIAR, NOS JOVENS E ADOLESCENTES ATENDIDOS, O DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO, CRIAÇÃO, INTEGRAÇÃO, ACESSO À CULTURA, DISCUSSÃO DE DIFERENTES TEMAS, OBSERVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE SENSO CRÍTICO, ENTRE OUTROS, POR MEIO DA EXPERIMENTAÇÃO DE JOGOS E EXERCÍCIOS TEATRAIS E DE EXPRESSÃO CORPORAL. O PROFISSIONAL DEVERÁ PREPARAR OS PARTICIPANTES PARA APRESENTAÇÕES, ESPETÁCULOS E EVENTOS, INTERNOS E EXTERNOS, SEMPRE QUE ESTIVEREM PREVISTOS NO PLANEJAMENTO SOCIOEDUCATIVO DO EQUIPAMENTO. OBRIGAÇÕES: O(A) PROFISSIONAL DEVERÁ FORNECER TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA A FIEL EXECUÇÃO DA OFICINA, DE ACORDO COM A TABELA ANEXA, E DEVERÁ TER DISPONIBILIDADE PARA MINISTRAR SUAS AULAS NOS PERÍODOS DA MANHÃ, TARDE E SÁBADOS, PODENDO SER NECESSÁRIO ACOMPANHAR OS ALUNOS EM EVENTOS E APRESENTAÇÕES AOS DOMINGOS E FERIADOS, ESPORADICAMENTE. (ATÉ 20 ALUNOS POR TURMA). REQUISITOS: EXPERIÊNCIA DE, PELO MENOS, 3 ANOS COMO PROFESSOR(A) DE TEATRO (EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS); LICENCIATURA EM TEATRO E REGISTRO PROFISSIONAL (DRT).	R\$ 90,00	R\$ 60.480,00
2	528	HORAS	OFICINA DE ARTETERAPIA COM FOCO EM ARTES VISUAIS - OBJETIVO: ESTIMULAR A CRIATIVIDADE E O PROCESSO CRIATIVO, PROMOVER E EXPANDIR A SAÚDE COGNITIVA E MENTAL DOS PARTICIPANTES, DESENVOLVER HABILIDADES NAS MAIS DIVERSAS ÁREAS DAS ARTES VISUAIS (DESENHO, MANGÁ, PINTURA, GRAVURA, MODELAGEM, ENTRE OUTRAS), PROPICIAR O AUTOCONHECIMENTO E O BEM-ESTAR EMOCIONAL, DE MANEIRA A INTEGRAR OS JOVENS E ADOLESCENTES COM AS ARTES, COM O CONVÍVIO SOCIAL, FORTALECENDO SEUS VÍNCULOS COMUNITÁRIOS E FAMILIARES. OBRIGAÇÕES: O(A) PROFISSIONAL DEVERÁ FORNECER TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA A FIEL EXECUÇÃO DA OFICINA, DE ACORDO COM A TABELA ANEXA, E DEVERÁ TER DISPONIBILIDADE PARA MINISTRAR SUAS AULAS NOS PERÍODOS DA MANHÃ, TARDE E SÁBADOS, PODENDO SER NECESSÁRIO ACOMPANHAR OS ALUNOS EM EVENTOS, PASSEIOS E EXPOSIÇÕES AOS DOMINGOS E FERIADOS, ESPORADICAMENTE. (ATÉ 20 ALUNOS POR TURMA). REQUISITOS: EXPERIÊNCIA DE, PELO MENOS, 3 ANOS COMO PROFESSOR(A) DE ARTETERAPIA OU ARTES VISUAIS (EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS); FORMAÇÃO EM ARTES VISUAIS E/OU ARTETERAPIA OU ESPECIALIZAÇÃO EM UMA DAS ÁREAS.	R\$ 130,00	R\$ 68.640,00
3	216	HORAS	Oficina de muay thai - objetivo: proporcionar o desenvolvimento da disciplina, cidadania e autonomia evitando a exclusão social, contribuir com todo o desenvolvimento físico, corporal, cognitivo, afetivo e social, incentivando a busca por uma vida saudável e consequentemente o afastamento das drogas e da violência. Além disso, a atividade visa a melhora	R\$ 150,00	R\$ 32.400,00

			na coordenação motora, distinção de lateralidade, o equilíbrio, agilidade e a flexibilidade. OBRIGAÇÕES: O(A) PROFISSIONAL DEVERÁ FORNECER TODO O MATERIAL NECESSÁRIO PARA A FIEL EXECUÇÃO DA OFICINA, DE ACORDO COM A TABELA ANEXA, E DEVERÁ TER DISPONIBILIDADE PARA MINISTRAR SUAS AULAS NOS PERÍODOS DA MANHÃ, TARDE E SÁBADOS, PODENDO SER NECESSÁRIO ACOMPANHAR OS ALUNOS EM EVENTOS E APRESENTAÇÕES AOS DOMINGOS E FERIADOS, ESPORADICAMENTE. (ATÉ 20 ALUNOS POR TURMA). REQUISITOS: EXPERIÊNCIA DE, PELO MENOS, 3 ANOS COMO PROFESSOR(A)/INSTRUTOR(A) DE MUAY THAI (EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS); POSSUIR GRADUAÇÃO MÍNIMA DE PONTA PRETA NA MODALIDADE E COMPROVAR REGISTRO REGULAR NA FEDERAÇÃO/CONFEDERAÇÃO COMPETENTE.		
--	--	--	---	--	--

No Termo de Referência, **ANEXO III**, consta todas as informações de cada oficina, **comprovações/atestados, certificados exigidos para participar**, o que cada instrutor/professor deverá fornecer (materiais) para executar as aulas, o local onde serão ministradas, entre outras informações pertinentes a cada Oficina licitada.



ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

(Processo Administrativo n.º 15.472/2024)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ E.

O MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Avenida Padre Natal Pigatto, 925, na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, inscrito(a) no **CNPJ sob o nº 76.105.618/0001-88**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, MAURICIO ROBERTO RIVABEM, doravante denominado **CONTRATANTE** e o Professor (a)....., inscrito(a) no C.P.F sob o nºx, sediado(a) na Rua, doravante designado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Processo nº 15.472/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão eletrônico nº 90003/24, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns para a, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da última assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, combustível, manutenção, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O pagamento será feito em até 15 (quinze) dias após o protocolo da nota fiscal, no Setor de Protocolo – Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC), devidamente atestada pelo fiscal do contrato, presencialmente ou através do e-mail protocolocl@campolargo.pr.gov.br, acompanhada dos seguintes documentos:

- a. Requerimento de solicitação de pagamento
- b. Nota fiscal
- c. Certidão Negativa de Débitos relativos e Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União em plena validade
- d. Certidão de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual em plena validade
- e. Certidão Negativa Municipal em plena validade

6.3 Constatando o CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal ou documentos, estes serão devolvidos à CONTRATADA para as devidas correções.

6.4 A Prefeitura Municipal de Campo Largo somente efetivará o pagamento devido, através de depósito em conta corrente da empresa vencedora do certame, não sendo quitados débitos através de boletos.

6.5 Em caso de atraso no pagamento de quaisquer parcelas, por culpa exclusiva da Administração, o valor será corrigido monetariamente pela aplicação do IPCA, a partir da data de seus vencimentos até a data do efetivo pagamento, acrescido de juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculados pro rata die, a partir da data do vencimento.

6.6 Não gerarão direito a reajuste e atualização monetária os produtos que forem entregues com atraso imputável à CONTRATADA.

6.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e do Decreto Municipal nº 126/2023.

6.8 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

6.9 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu pagamento ocorrerá em 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, mediante pedido devidamente protocolado e fundamentado por processo digital do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o protocolo do pedido de reajuste.

7.3 Os valores poderão ser revistos e/ou reajustados a requerimento do Contratado, quando houver acréscimos significativos nos preços dos insumos que compõe o seu custo, desde que comprovado o impacto econômico-financeiro. Para o reajuste de valores será observada a capacidade de pagamento do Município, ficando exclusivamente sob sua responsabilidade autorizar ou não o reajuste, tendo como data-base o protocolo digital do requerimento.

7.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.09 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante, no que couber:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Campo Largo para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, no que couber:

- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços avençados, isentando o contratante de toda e qualquer reclamação de qualquer natureza que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que o CONTRATANTE julgar necessário;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13 Os contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) **Multa**:
 - (1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias corridos;
 - (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da Cláusula Décima Segunda, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
 - (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” da Cláusula Décima Segunda, de 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
 - (4) Para infração descrita na alínea “b” da Cláusula Décima Segunda, a multa será de 15% (dez por cento) do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” da Cláusula Décima Segunda, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” da Cláusula Décima Segunda, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.14 Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos

pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- Indenizações e multas.

13.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.7 O contrato poderá ainda ser extinto:

a) caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

b) caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUSPENSÃO DO CONTRATO

14.1 Reserva-se ao CONTRATANTE, o direito de suspender o presente Contrato a qualquer tempo, mediante aviso prévio de até 10 dias à CONTRATADA, por motivo de força maior, fato superveniente, falta de recursos financeiros ou qualquer causa que impossibilite sua continuação, desde que devidamente justificada pelo CONTRATANTE, mediante pagamento único e exclusivo daqueles serviços já executados, até a data da suspensão

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Código Reduzido:

Órgão: - Secretaria Municipal de

Unidade: ... -

Ação: -

Vínculo: .-

Subelemento: –

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 A fiscalização dos serviços contratados será exercida pelos servidores públicos municipais e o suplente de fiscalização será o servidor municipal

15.2 O CONTRATADO se compromete a aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, fiscalização, verificação e controle adotados pela CONTRATANTE.

15.3 A existência e atuação da fiscalização da contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva do CONTRATADO, no que concerne à execução dos serviços contratados e as suas consequências legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES

16.1 Fica a CONTRATADA obrigada ao fornecimento e atualização de dados e informações de natureza cadastral e de pesquisa, conforme solicitação e orientação da CONTRATANTE, sobre os veículos e condutores colocados em serviço para atendimento deste contrato, inclusive os veículos e pessoal de reserva.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

18.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – – PUBLICAÇÃO

19.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA VIGÉSIMA FORO ([art. 92, §1º](#))

20.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Campo Largo, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).



E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento contratual, por si e seus sucessores, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Campo Largo, datado e assinado digitalmente.

MAURÍCIO ROBERTO RIVABEM
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

.....
FISCAL DE CONTRATO

.....
SUPLENTE DE FISCAL DE CONTRATO

ANEXO III

TERMO DE REFERENCIA

PREFEITURA DE CAMPO LARGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CENTRO DA JUVENTUDE BOM JESUS

TERMO DE REFERÊNCIA

1) Especificação detalhada do objeto:

De acordo com o memorando nº 06/2024, com o contido no Estudo Técnico Preliminar, ambos anexos e, considerando as necessidades de atendimento do Centro da Juventude Bom Jesus, solicitamos abertura de Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial, destinado a Pessoas Físicas, para contratação de profissionais para ministrar as oficinas de Teatro, Arteterapia com foco em Artes Visuais e Muay Thai, para serem executadas no referido equipamento público, em dias e horários fixados pela coordenação e equipe técnica, levando-se em conta as demandas de atendimento e de acordo com o contido na tabela abaixo:

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	672	Horas	Oficina de Teatro Objetivo: Propiciar, nos jovens e adolescentes atendidos, o desenvolvimento da expressão, criação, integração, acesso à cultura, discussão de diferentes temas, observação, desenvolvimento de senso crítico, entre outros, por meio da experimentação de jogos e exercícios teatrais e de expressão corporal. O profissional deverá preparar os participantes para apresentações, espetáculos e eventos, internos e externos, sempre que estiverem previstos no planejamento socioeducativo do equipamento. Obrigações: O(a) Profissional deverá fornecer todo o material necessário para a fiel execução da oficina, de acordo com a tabela anexa, e deverá ter disponibilidade para ministrar suas aulas nos períodos da manhã, tarde e sábados, podendo ser necessário acompanhar os alunos em eventos e apresentações aos domingos e feriados, esporadicamente. (Até 20 alunos por Turma).		

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 04/03/2024 09:23:03 BR-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://at.ambiente.nmg65-45456456>





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL



CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

			<p>Requisitos: Experiência de, pelo menos, 3 anos como professor(a) de teatro (em instituições públicas ou privadas); Licenciatura em Teatro e registro profissional (DRT).</p> <p>Carga horária: 14 horas semanais, distribuídas conforme necessidade do equipamento e de acordo com as necessidades de demanda do Centro da Juventude.</p>		
2	528	Horas	<p>Oficina de Arteterapia com foco em Artes Visuais</p> <p>Objetivo: Estimular a criatividade e o processo criativo, promover e expandir a saúde cognitiva e mental dos participantes, desenvolver habilidades nas mais diversas áreas das artes visuais (desenho, mangá, pintura, gravura, modelagem, entre outras), propiciar o auto-conhecimento e o bem-estar emocional, de maneira a integrar os jovens e adolescentes com as artes, com o convívio social, fortalecendo seus vínculos comunitários e familiares.</p> <p>Obrigações: O(a) Profissional deverá fornecer todo o material necessário para a fiel execução da oficina, de acordo com a tabela anexa, e deverá ter disponibilidade para ministrar suas aulas nos períodos da manhã, tarde e sábados, podendo ser necessário acompanhar os alunos em eventos, passeios e exposições aos domingos e feriados, esporadicamente. (Até 20 alunos por Turma).</p> <p>Requisitos: Experiência de, pelo menos, 3 anos como professor(a) de arteterapia ou artes visuais (em instituições públicas ou privadas); Formação em artes visuais e/ou arteterapia ou especialização em uma das áreas.</p> <p>Carga horária: 11 horas semanais, distribuídas conforme necessidade do equipamento e de acordo com as necessidades de demanda do Centro da Juventude.</p>		
3	216	Horas	<p>Oficina de Muay Thai:</p> <p>Objetivo: Proporcionar o desenvolvimento da disciplina, cidadania e autonomia evitando a exclusão social, contribuir com todo o desenvolvimento físico, corporal, cognitivo,</p>		

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/03/2024 09:23:03-03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://re.atenda.net/p/554040640f>



Av. Ademar de Barros, 196 – Bom Jesus, Campo Largo - PR - Telefone: (41) 3292-3487

Prefeitura Municipal de Campo Largo – PR
Avenida Padre Natal Pigatto, nº 925 – Centro Administrativo
Vila Elizabeth – CEP.: 83.607-240
CNPJ.: 76.105.618/0001-88



CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL



CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

			<p>afetivo e social, incentivando a busca por uma vida saudável e consequentemente o afastamento das drogas e da violência. Além disso, a atividade visa a melhora na coordenação motora, distinção de lateralidade, o equilíbrio, agilidade e a flexibilidade.</p> <p>Obrigações: O(a) Profissional deverá fornecer todo o material necessário para a fiel execução da oficina, de acordo com a tabela anexa, e deverá ter disponibilidade para ministrar suas aulas nos períodos da manhã, tarde e sábados, podendo ser necessário acompanhar os alunos em eventos e apresentações aos domingos e feriados, esporadicamente. (Até 20 alunos por Turma).</p> <p>Requisitos: Experiência de, pelo menos, 3 anos como professor(a)/instrutor(a) de Muay Thai (em instituições públicas ou privadas); possuir graduação mínima de ponta preta na modalidade e comprovar registro regular na federação/confederação competente.</p> <p>Carga horária: 4 horas e 30 minutos semanais, distribuídas conforme necessidade do equipamento e de acordo com as necessidades de demanda do Centro da Juventude.</p>		
--	--	--	--	--	--

Todos os profissionais contratados serão responsáveis pelos custos de seus deslocamentos até o Centro da Juventude, ou quaisquer locais que se façam necessários, bem como ficam responsáveis pelo fornecimento de todo o material necessário para a execução das oficinas, conforme tabela:

1 – Teatro
Cenografia: Tecidos diversos, Objetos variados para composição de cenários, Cola quente, Agulha e linha, Tintas, Fitas;
Maquiagem: Base, Pancakes de cores variadas, Espelhos, Pincéis, Batons, Paleta de sombras, Lápis de olho, cílios postiços, esponja de maquiagem, lenços desmaquilante;
Acessórios: Perucas, bijuterias, chapéus, lenços, grampos de cabelo, dentre outros.
2 – Arteterapia com foco em Artes Visuais
Materiais para Pintura: Tintas acrílicas, Tintas a óleo, Tintas Guache, Aquarelas, Pincéis de dife-

Av. Ademar de Barros, 196 – Bom Jesus, Campo Largo - PR - Telefone: (41) 3292-3487

Prefeitura Municipal de Campo Largo – PR
Avenida Padre Natal Pigatto, nº 925 – Centro Administrativo
Vila Elizabeth – CEP.: 83.607-240
CNPJ.: 76.105.618/0001-88

ESTE DOCUMENTO FOI ASSIMADO EM 04/07/2024 09:23:03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://nps.amsos.net/655d4d4c49f>





Uniforme: O professor/instrutor será responsável pelo fornecimento de 20 camisetas ou regatas, em material de qualidade e com grafias e demais estampas pré aprovadas pela equipe técnica e coordenação do Centro da Juventude. Os uniformes deverão ser renovados a cada aditivo de contrato a ser realizado.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/03/2024 09:23 - 03.00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://ic.atende.net/b5e5bd40dc49f>.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL



CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

2) Justificativa da contratação:

Conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar, anexo a este instrumento, a presente contratação tem como objetivo atender às demandas de oficinas que são ofertadas pelo Centro da Juventude Bom Jesus, com o objetivo de manter o público assíduo que já frequenta o espaço, bem como configurar como atrativos para jovens e adolescentes que venham a ser encaminhados ou inseridos no equipamento por meio de demanda espontânea.

O principal objetivo da contratação é desenvolver, nos adolescentes e jovens, o sentimento de pertencimento e de identidade. Além de incentivar a socialização e a convivência comunitária e a promoção de potencialidades, a partir das atividades realizadas em grupo.

3) Prazo, Local, dias e horários:

O início da prestação dos serviços se dará com a assinatura dos contratos e com as emissões dos empenhos respectivos a cada uma das atividades.

O profissional deverá ter disponibilidade para trabalhar no Centro da Juventude, em dias da semana, nos períodos da manhã e tarde, bem como aos sábados, em horários definidos pela equipe do equipamento.

Também deverá ter disponibilidade para acompanhar os jovens e adolescentes participantes em atividades externas, como passeios, visitas a exposições, oficinas em outros locais, dentro do município ou em outras cidades, conforme necessidade e planejamento prévio.

4) Dotação Orçamentária:

Os empenhos e pagamentos deverão ser efetuados e efetivados com recursos provenientes da dotação 976, do orçamento do Centro da Juventude, na ação 2070.

Dotação: 12.001.0008.0243.0010.2070.33390360000000000000.00000 976

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 04/03/2024 09:23:03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://e-aranda.na0p65e4b6d40d4df>





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL



CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

5) Condições de pagamento:

Para recebimento dos valores, referentes às horas trabalhadas no período, é de responsabilidade do profissional, o preenchimento diário de sua folha de registro de ponto, bem como a emissão de relatório mensal das atividades realizadas e dos conteúdos aplicados durante o mês vigente. Somente após o atestado de cumprimento de objeto, por parte da coordenação ou dos fiscais de contrato, o oficineiro poderá protocolar seu requerimento de pagamento.

Fica o oficineiro responsável pelo pagamento e manutenção de suas taxas referentes aos alvarás obrigatórios, junto à municipalidade.

Os pagamentos se darão em 15 dias após o protocolo do requerimento.

6) Exigência de amostras:

Não se aplica.

7) Exige geração de contrato:

Sim

8) Prazo e vigência do contrato:

12 meses, com prorrogação anual, nos termos da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021.

9) Quantidades:

Oficina de Teatro: 672 horas, para 12 meses;

Oficina de Arteterapia com foco em Artes Visuais: 528 horas, para 12 meses;

Oficina de Muay Thai: 216 horas, para 12 meses.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 04/03/2024 09:23:40-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.atende.net/g65a51u4t0c49f>





10) Recomposição e reajuste do preço:

Nos termos da Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021.

10) Fiscalização dos contratos:

A fiscalização dos contratos ficará por conta dos servidores Fabiano Lapola (matrícula 456535-00 – CPF: 022.951.789-75), como titular, e Camila Leal Dombroski (matrícula 730041-03 – CPF: 083.685.569-88), como suplente.

Campo Largo, 06 de fevereiro de 2024

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO
Assinado Digitalmente por:
FABIANO LAPOLA
022.951.789-75
18/03/2024 09:52:31
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Fabiano Lapola
Coordenador/Fiscal Titular

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO
Assinado Digitalmente por:
CAMILA LEAL DOMBROSKI
083.685.569-88
05/03/2024 14:48:40
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Camila Leal Dombroski
Fiscal Suplente

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 04/03/2024 09:23:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE: <https://rtr.atende.mpp65e5d40449f>



Tendo em vista a fundamentação supra, DEFIRO o pleito nos mesmos termos.

Eliezer Leal
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

Av. Ademar de Barros, 196 – Bom Jesus, Campo Largo - PR - Telefon

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO
Assinado Digitalmente por:
ELIEZER LEAL
054.316.879-48
04/03/2024 09:23:27
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Prefeitura Municipal de Campo Largo – PR
Avenida Padre Natal Pigatto, nº 925 – Centro Administrativo
Vila Elizabeth – CEP.: 83.607-240
CNPJ.: 76.105.618/0001-88



CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MUAY THAI



SISTEMA DE GRADUAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MUAY THAI

A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MUAY THAI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.315.795/0001-27, com sede no RIO DE JANEIRO/RJ, segue ao seguinte sistema de graduação, onde é permitido DAR AULA os graduados AZUL ESCURO (instrutor), AZUL ESCURO PRONTA PRETA (instrutor master), PRETA (professor), PRETA PONTA BRANCA (mestre) e PRETA PONTA BRANCA E VERMELHO (grão mestre). Essas graduações não necessariamente dão direito do graduado a aplicar exames de grau.

ARTUR MARIANO

PRESIDENTE E DIRETOR TÉCNICO DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MUAY THAI



Graduação KIDS

EXAMES DE GRADUAÇÃO	
GRAU - KIDS	
EXAMES DE 4 A 13 ANOS	
	Kiwang Branco
	Kiwang B. Ponta amarela
	Kiwang Amarelo
	Kiwang A. Ponta verde
	Kiwang Verde
	Kiwang V. Ponta vermelha

Graduação Adulta

GRADUAÇÃO NO MUAY THAI	
	GRAU BRANCO
	GRAU BRANCO PONTA VERMELHA
	GRAU VERMELHO
	GRAU VERMELHO PONTA AZUL CLARO
	GRAU AZUL CLARO
	GRAU AZUL CLARO PONTA AZUL ESCURO
	GRAU AZUL ESCURO (instrutor)
	GRAU AZUL ESCURO PONTA PRETA (instrutor master)
	PRETA (professor)
	PRETA PONTA BRANCA (mestre)
	PRETA PONTA BRANCA E VERMELHO (grão mestre)

Níveis de Graduação

GRADUAÇÃO NACIONAL DO MUAY THAI	
PROJIED	CATEGORIA
	INICIANTE
	INTERMEDIÁRIO
	INSTRUTOR
	INSTRUTOR MASTER
	PROFESSOR
	MESTRE
	GRÃO MESTRE



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MUAY THAI
CNPJ: 00.315.795/0001-27

Rio de Janeiro/RJ - Brasil.
Telefone: (21) 97650-5461
cbmt.com.br



Prefeitura Municipal de Campo Largo – PR
Avenida Padre Natal Pigatto, nº 925 – Centro Administrativo
Vila Elizabeth – CEP.: 83.607-240
CNPJ.: 76.105.618/0001-88



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



PREFEITURA DE CAMPO LARGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CENTRO DA JUVENTUDE BOM JESUS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (CONTRATAÇÃO DE OFICINAS DE TEATRO, ARTETERAPIA COM FOCO EM ARTES VISUAIS E MUAY THAI)

INTRODUÇÃO

O **Centro da Juventude Bom Jesus** é um espaço acessível de convivência para adolescentes e jovens que oferece, em tempo integral, atividades de lazer, esportes, cultura e qualificação profissional. Um programa desenvolvido pelo Governo do Estado para afastar adolescentes e jovens de situações de exposição ao risco e vulnerabilidade social, situações de violência e realizar ações que favoreçam a sua formação pessoal, profissional e política.

O programa é baseado em três pilares: cidadania, convivência e formação, e faz parte da rede socioassistencial de Proteção Social, pois seus objetivos convergem com os dos Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, da Proteção Social Básica da Política Nacional de Assistência Social.

São atendidos adolescentes e jovens, com idades entre 12 e 29 anos, com prioridade aos adolescentes, pertencentes a comunidades com índices de vulnerabilidade e risco social.

Neste sentido e, considerando as necessidades de atendimento do Centro da Juventude Bom Jesus, o presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo informar se há viabilidade técnica para CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AS OFICINAS TEATRO; ARTETERAPIA E MUAY THAI para serem executadas no referido equipamento público, em dias e horários fixados pela coordenação e equipe técnica, levando-se em conta as demandas de atendimento.

Av. Ademar de Barros, 196 – Bom Jesus, Campo Largo - PR - Telefone: (41) 3292-3487

Prefeitura Municipal de Campo Largo – PR
Avenida Padre Natal Pigatto, nº 925 – Centro Administrativo
Vila Elizabeth – CEP.: 83.607-240
CNPJ.: 76.105.618/0001-88

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 04/03/2024 08:37:43:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.ambiente.mppr.gov.br/821404>



1 – Descrição da necessidade;

A presente contratação tem como objetivo atender às demandas de oficinas que são ofertadas pelo Centro da Juventude Bom Jesus, com o objetivo de manter o público assíduo que já frequenta o espaço, bem como configurar como atrativos para jovens e adolescentes que venham a ser encaminhados ou inseridos no equipamento por meio de demanda espontânea.

O principal objetivo da contratação é desenvolver, nos adolescentes e jovens, o sentimento de pertencimento e de identidade. Além de incentivar a socialização e a convivência comunitária e a promoção de potencialidades, a partir das atividades realizadas em grupo.

As referidas oficinas já vem apresentando um grande número de participantes e de atendimentos realizados, como descrito nas tabelas a seguir:

NÚMERO DE PARTICIPANTES EM 2023					
TEATRO		DESENHO/ARTES VISUAIS		MUAY THAI	
MÊS	NÚMERO	MÊS	NÚMERO	MÊS	NÚMERO
ABRIL	28	ABRIL	56	ABRIL	39
MAIO	31	MAIO	57	MAIO	39
JUNHO	31	JUNHO	24	JUNHO	34
JULHO	28	JULHO	42	JULHO	34
AGOSTO	34	AGOSTO	56	AGOSTO	35
SETEMBRO	34	SETEMBRO	54	SETEMBRO	35
OUTUBRO	29	OUTUBRO	62	OUTUBRO	27
NOVEMBRO	27	NOVEMBRO	51	NOVEMBRO	26
DEZEMBRO	26	DEZEMBRO	46	DEZEMBRO	18
TOTAL	268	TOTAL	448	TOTAL	287
MÉDIA	30	MÉDIA	50	MÉDIA	32

Tabela 1: Número de pessoas atendidas por mês em cada uma das oficinas – Ref: abril a dezembro de 2023.

NÚMERO DE ATENDIMENTOS EM 2023					
TEATRO		DESENHO/ARTES VISUAIS		MUAY THAI	
MÊS	NÚMERO	MÊS	NÚMERO	MÊS	NÚMERO
ABRIL	90	ABRIL	160	ABRIL	90
MAIO	150	MAIO	95	MAIO	117
JUNHO	133	JUNHO	128	JUNHO	119
JULHO	105	JULHO	126	JULHO	88
AGOSTO	140	AGOSTO	223	AGOSTO	81
SETEMBRO	134	SETEMBRO	176	SETEMBRO	103
OUTUBRO	100	OUTUBRO	168	OUTUBRO	72
NOVEMBRO	130	NOVEMBRO	140	NOVEMBRO	100
DEZEMBRO	140	DEZEMBRO	86	DEZEMBRO	33
TOTAL	1122	TOTAL	1302	TOTAL	803
MÉDIA	125	MÉDIA	145	MÉDIA	89

Tabela 2: Número de atendimentos realizados por mês em cada uma das oficinas – Ref: abril a dezembro de 2023.

2 – Previsão no Plano Anual de Contratações:

A contratação de Oficinas Socioeducativas é prevista nos planejamentos anuais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, bem como das demais secretarias que necessitem de profissionais para atender a população com atividades extracurriculares e de atendimento psicossocial, educativo e social.

3 – Objetivos, requisitos da contratação e carga horária:

Com observância ao contido na Lei Federal 14.133, de 01 de abril de 2021 e nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro e, ainda, com a finalidade de manter um vínculo de profissionalização, acompanhamento e de confiança entre os oficineiros e os jovens e adolescentes participantes é imperioso que a contratação seja de PESSOA FÍSICA, desde que atendidas as obrigações e exigências no edital normativo e das qualificações e requisitos obrigatórios a seguir elencados:





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL



CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

I. Oficina de Teatro:

Objetivo: Propiciar, nos jovens e adolescentes atendidos, o desenvolvimento da expressão, criação, integração, acesso à cultura, discussão de diferentes temas, observação, desenvolvimento de senso crítico, entre outros, por meio da experimentação de jogos e exercícios teatrais e de expressão corporal. O profissional deverá preparar os participantes para apresentações, espetáculos e eventos, internos e externos, sempre que estiverem previstos no planejamento socioeducativo do equipamento.

Obrigações: O(a) Profissional deverá fornecer todo o material necessário para a fiel execução da oficina, de acordo com a tabela anexa, e deverá ter disponibilidade para ministrar suas aulas nos períodos da manhã, tarde e sábados, podendo ser necessário acompanhar os alunos em eventos e apresentações aos domingos e feriados, esporadicamente. (Até 20 alunos por Turma).

Requisitos: Experiência de, pelo menos, 3 anos como professor(a) de teatro (em instituições públicas ou privadas); Licenciatura em Teatro e registro profissional (DRT).

Carga horária: 14 horas semanais, distribuídas conforme necessidade do equipamento e de acordo com as necessidades de demanda do Centro da Juventude, perfazendo um total de 672 horas/ano.

II. Oficina de Arteterapia com foco em Artes Visuais:

Objetivo: Estimular a criatividade e o processo criativo, promover e expandir a saúde cognitiva e mental dos participantes, desenvolver habilidades nas mais diversas áreas das artes visuais (desenho, mangá, pintura, gravura, modelagem, entre outras), propiciar o autoconhecimento e o bem-estar emocional, de maneira a integrar os jovens e adolescentes com as artes, com o convívio social, fortalecendo seus vínculos comunitários e familiares.

Obrigações: O(a) Profissional deverá fornecer todo o material necessário para a fiel execução da oficina, de acordo com a tabela anexa, e deverá ter disponibilidade para ministrar suas aulas nos períodos da manhã, tarde e sábados, podendo ser necessário acompanhar os alunos em eventos, passeios e exposições aos domingos e feriados, esporadicamente. (Até 20 alunos por Turma).

Requisitos: Experiência de, pelo menos, 3 anos como professor(a) de arteterapia ou artes visuais (em instituições públicas ou privadas); Formação em artes vi-

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 04/03/2024 08:37:43-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.arena.net/6545028782404>





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL



CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

suas e/ou arteterapia ou especialização em uma das áreas e com registro regular na Associação Paranaense de Arteterapia – APAT.

Carga horária: 11 horas semanais, distribuídas conforme necessidade do equipamento e de acordo com as necessidades de demanda do Centro da Juventude, perfazendo um total de 528 horas/ano.

III. Oficina de Muay Thai:

Objetivo: Proporcionar o desenvolvimento da disciplina, cidadania e autonomia evitando a exclusão social, contribuir com todo o desenvolvimento físico, corporal, cognitivo, afetivo e social, incentivando a busca por uma vida saudável e consequentemente o afastamento das drogas e da violência. Além disso, a atividade visa a melhoria na coordenação motora, distinção de lateralidade, o equilíbrio, agilidade e a flexibilidade.

Obrigações: O(a) Profissional deverá fornecer todo o material necessário para a fiel execução da oficina, de acordo com a tabela anexa, e deverá ter disponibilidade para ministrar suas aulas nos períodos da manhã, tarde e sábados, podendo ser necessário acompanhar os alunos em eventos e apresentações aos domingos e feriados, esporadicamente. (Até 20 alunos por Turma).

Requisitos: Experiência de, pelo menos, 3 anos como professor(a)/instrutor(a) de Muay Thai (em instituições públicas ou privadas); possuir graduação mínima de ponta preta na modalidade e comprovar registro regular na federação/confederação competente.

Carga horária: 4 horas e 30 minutos semanais, distribuídas conforme necessidade do equipamento e de acordo com as necessidades de demanda do Centro da Juventude, perfazendo um total de 216 horas/ano.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 04/03/2024 09:37 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://at.assinare.com.br/56525782404>



4 – Estimativas de quantidades:

Oficina de Teatro: 672 horas, para 12 meses;
Oficina de Arteterapia com foco em Artes Visuais: 528 horas, para 12 meses;
Oficina de Muay Thai: 216 horas, para 12 meses.

5 – Estimativa dos valores das contratações:



Neste sentido é relevante destacar que os maiores objetivos de todos os serviços ofertados pelo Centro da Juventude Bom Jesus são a proteção social integral dos jovens e adolescentes, retirando esta população das situações de violência e exposição ao uso e abuso de drogas, conscientizando e contribuindo para a emancipação saudável, à preparação para o mercado de trabalho, ao acesso aos bens culturais e à manutenção e identificação de questões de saúde mental.

9 – Disposições finais

Todas as oficinas terão seu pagamento mensal e de acordo com o número de horas trabalhadas dentro do referido mês, ou seja, os pagamentos serão realizados de acordo com as horas/aulas trabalhadas, incluídas nestas os valores referentes aos materiais necessários.

Neste sentido, serão consideradas as horas trabalhadas no Centro da Juventude ou quaisquer outros locais que se façam necessários, desde o início até o final das aulas, não sendo considerados os deslocamentos até os locais.

O presente estudo é acompanhado por 3 (três) orçamentos para cada uma das oficinas, visando a economicidade do processo licitatório.

As oficinas, salvo exceções, são voltadas para o público jovem e adolescente, prioritariamente em situações de vulnerabilidades, com idades compreendidas entre os 12 aos 29 anos.

10 – Posicionamento conclusivo

De acordo com os itens elencados, posiciona-se a favor das referidas contratações.

Diante do exposto, segue para fins de análise e demais encaminhamentos ao Departamento de Licitações e Contratos para as providências cabíveis.

Campo Largo, 07 de fevereiro de 2024.

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO
Assinado Digitalmente por:
FABIANO LAPOLA
022.951.789-75
04/03/2024 08:37:33
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Fabiano Lapola
Centro da Juventude Bom Jesus

